

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 90.205 - SP (2017/0259556-5)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : CLEBER DE BRITO E SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : WAGNER PAULO DA COSTA FRANCISCO - SP161735
JOÃO FRANCISCO E OUTRO(S) - SP335081
JOÃO DE OLIVEIRA - SP157430
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por CLEBER DE BRITO E SILVA contra acórdão proferido pela 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2218790-58.2016.8.26.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi preso em flagrante como incurso nos artigos 2º, § 2º, da Lei 12.850/2013 e 16, *caput*, da Lei 10.826/2003, tendo a sua custódia sido convertida em preventiva.

Buscando a revogação da segregação antecipada do réu, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustentam os advogados subscritores do reclamo que o acusado foi preso em flagrante no dia 4.8.2016, não tendo sido oferecida denúncia em seu desfavor, o que revelaria a ilegalidade da medida extrema.

Afirmam que o recorrente foi detido em Campinas/SP, ao passo que a sua prisão foi convertida em preventiva pelo Juízo de Sumaré, que seria incompetente para processá-lo e julgá-lo, motivo pelo qual a referida decisão deveria ser anulada.

Argumentam que não estariam presentes os requisitos para a segregação cautelar do acusado, que teria sido decretada por meio de decisão genérica, que não teria individualizado a sua conduta.

Requerem o provimento da insurgência para que o feito seja anulado, colocando-se o réu em liberdade.

Contra-arrazado o reclamo (e-STJ fls. 428/431), os autos ascenderam a esta Corte Superior de Justiça, tendo a liminar sido indeferida (e-STJ fls. 444/445), decisão que foi mantida no julgamento do agravo regimental interposto pela defesa.

O Ministério Público Federal, às fls. 479/488, manifestou-se pelo desprovimento do inconformismo.

É o relatório.

No que se refere à aventada impossibilidade de o recorrente ser processado e julgado perante o Juízo de Sumaré, é cediço que a competência territorial possui natureza relativa, razão pela qual deve ser arguida no momento oportuno, sob pena de preclusão.

E, nos termos do artigo 108 do Código de Processo Penal, a "*exceção de incompetência do juízo poderá ser oposta, verbalmente ou por escrito, no prazo da defesa*".

Na espécie, como visto, a aventada incompetência do magistrado singular não foi arguida tempestivamente, sendo certo, outrossim, que não foram demonstrados quaisquer prejuízos decorrentes do processamento da causa pelo Juiz de Direito da Vara Criminal de Cotia, o que impede o reconhecimento da eiva articulada na impetração.

Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DA DECISÃO QUE CONHECEU EM PARTE O HABEAS CORPUS E, NESSA EXTENSÃO, CONCEDEU A ORDEM. ADMISSIBILIDADE. WRIT. RECURSO PRÓPRIO. NULIDADE. COMPETÊNCIA RELATIVA. PRECLUSÃO. (...) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada por seus próprios fundamentos.

II - O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

III - A nulidade decorrente da inobservância das regras de competência territorial é relativa, restando-se, dessa forma, sanada se não alegada em momento oportuno.

IV - In casu, a questão se encontra preclusa, pois o Tribunal a quo, em outra oportunidade, decidiu sobre o mesmo questionamento em exceção de incompetência, razão pela qual não se viabiliza, na via estreita do mandamus, o reexame da suscitada contrariedade às regras de competência, conforme aventado pela Defesa.

(...)

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 454.132/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 16/10/2018)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. IMPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS FALSIFICADOS, SEM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE E DE PROCEDÊNCIA IGNORADA. ART. 273, §§1º, 1º-A E 1º-B, I E V, DO CP. COMPETÊNCIA DO JUÍZO. (...).

1. No que tange à competência, o Tribunal a quo consignou que o delito perpetrado pelo recorrente consumou-se na cidade de Londrina/SC, local onde efetivada a apreensão dos medicamentos introduzidos no Brasil. Tal entendimento encontra-se no mesmo sentido da jurisprudência desta Corte Superior de que, quanto à importação da droga, a competência para processar e julgar a ação penal é do juízo do local da apreensão do entorpecente, nos termos da norma supracitada, onde se consuma o crime e não do lugar do destino (CC 145.041/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 22/08/2016). Ademais, a competência territorial, por ser relativa, deve ser arguida na primeira oportunidade que a parte possui para se manifestar nos autos, sob pena de preclusão. A não apresentação da declinatória no prazo implica sua aceitação, prorrogando-se a competência (AgInt no HC 187.760/MS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 19/05/2016, DJe 07/06/2016).

(...)

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1659315/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 25/08/2017)

Irretocável, no ponto, o aresto impugnado, que concluiu que "*a defesa constituída por Cléber, no âmbito da resposta à acusação, não se insurgiu contra a remessa do feito à Comarca de Sumaré*", sendo "*forçoso concluir que se operou preclusão, não cabendo, portanto, discussão ulterior sobre a questão*" (e-STJ fl. 405).

Melhor sorte não socorre a defesa no que se refere à alegação de que não foi oferecida denúncia em desfavor do recorrente, uma vez que a Corte de origem consignou que "*o aditamento à inicial acusatória para incluir o paciente no polo passivo da ação penal foi recebido em 01.11.2016*", não perdurando mais "*a alegada situação configuradora de constrangimento ilegal, devendo o pedido ser julgado prejudicado diante da perda de objeto*" (e-STJ fl. 404).

Finalmente, no tocante à pretendida concessão de liberdade ao paciente, consoante consignado no julgamento do RHC 91.270/SP, a 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal Estadual concedeu a ordem no HC n. 2203430-49.2017.8.26.0000 para revogar a sua prisão preventiva, circunstância que evidencia a perda do objeto do *mandamus* no ponto.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea "b", do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **julga-se parcialmente prejudicado** o recurso e, nessa extensão, **nega-se-lhe provimento**.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator